

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0022581/2024-58

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Nordeste**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Dispensado de licenciamento ambiental	2100.01.0022581/2024-58	Núcleo de Apoio Regional de Serro/URFBio Jequitinhonha/IEF
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL		
Nome: BARRIGUDA AGRO COMERCIAL LTDA		CPF/CNPJ: 19.360.196/0001-53
Endereço: Quadra Q Lote Agrícola		Bairro: Mocambinho
Município: Jaíba	UF: MG	CEP: 39.508-000
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome: BARRIGUDA AGRO COMERCIAL LTDA		CPF/CNPJ: 19.360.196/0001-53
Endereço: Quadra Q Lote Agrícola		Bairro: Mocambinho
Município: Jaíba	UF: MG	CEP: 39.508-000
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL		
Denominação: Fazenda Palmital/ Paraíso – Gleba 01		Área Total (ha): 325,544
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 26.087 Livro: 02 Folha: 05 - Comarca: Diamantina/MG		Município/UF: Diamantina/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3121605-BF3D.EDD0.401D.4375.B92D.FD2D.2A50.9B30.		
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA		
Tipo de Intervenção	Quantidade	Un

Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (CONVENCIONAL).	1,5670	ha
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (CORRETIVA).	10,8122	ha
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente - APP (CONVENCIONAL - Barramento).	1,3168	ha
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente - APP (CONVENCIONAL - Árvores Isoladas).	0,1141	ha
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente - APP (CONVENCIONAL).	0,0210	ha
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas em Área Comum (CONVENCIONAL).	1,3710/18	ha/un

5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)
Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura	G-05-02-0	2,7920
Área de empréstimo para construção do barramento e infraestruturas	Não listada	2,7430

6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)
Cerrado	2,8834	Tensão Ecológica entre as fitofisionomias Cerrado Sentido Restrito / Floresta Estacional Semi Decidual, Cerrado Sentido Restrito, Campo Cerrado e Campo Limpo	Inicial para a Fisionomia/Transição Tensão Ecológica entre as fitofisionomias Cerrado Sentido Restrito / Floresta Estacional Semi Decidual	2,8834
Total:	2,8834	-	Total:	2,8834

7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa	Uso interno no imóvel ou empreendimento	115,32	m³
Madeira de floresta plantada - Exótica (<i>Mangífera indica</i>)	Uso interno no imóvel ou empreendimento	0,58	m³
Madeira de floresta nativa	Uso interno no imóvel ou empreendimento	16,83	m³

8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA

Sílvio Henrique Cruz de Vilhena – MASP 1021226-4.

Datas das Vistorias: 24/09/2024 e 09/04/2025.

9. VALIDADE

Data de Emissão: 18/06/2025.	Observações:
Validade: 3 (três) anos a partir da data de sua emissão.	ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.

10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (CONVENCIONAL).	Sirgas 2000	23K	654959	7970804
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (CORRETIVA).	Sirgas 2000	23K	655432	7970907
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente - APP (CONVENCIONAL - Barramento).	Sirgas 2000	23K	654824	7970708
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente - APP (CONVENCIONAL - Árvores Isoladas).	Sirgas 2000	23K	654831	7970763
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente - APP (CONVENCIONAL).	Sirgas 2000	23K	654911	7970826
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas em Área Comum (CONVENCIONAL).	Sirgas 2000	23K	654811 654978	7970834 7970884

11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)

Medidas Mitigadoras:**Meio Biótico****Fauna**

- . Acompanhamento técnico da supressão vegetal, afugentamento de fauna;
- . Sinalização, capacitação das equipes e manejo seguro durante a execução das atividades.

Flora

- . Acompanhamento das atividades de supressão vegetal e fomento à revegetação com espécies nativas;
- . Recuperação das áreas degradadas e revegetação com espécies nativas.

Meio Físico

- . Implantação de medidas de controle de erosão e estabilidade das encostas nas margens do reservatório;
- . Revisão periódica dos equipamentos; Umectação das vias de acesso com aspersão de água;
- . Controle da entrada de fósforo e nitrogênio por meio da racionalização do uso de agrotóxicos, manejo de águas residuárias e controle do escoamento superficial;
- . Sistema controlado de tráfego com limites de velocidades e passagem única consolidada de veículos;
- . Construção de bacias de captação de águas pluviais na bacia de contribuição da barragem.

Meio Sócio Econômico

Não foram previstas medidas mitigadoras para o meio socioeconômico, uma vez que não foram identificados impactos provenientes das atividades de supressão para este meio.

Medidas Compensatórias:**9.1 Compensação Ambiental Pela Supressão de Espécies Imunes de Corte:**

Aquelas previstas nos estudos Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADAs, em especial quanto as Propostas de Compensação Por Intervenções Ambientais em Área de Preservação Permanente - APP, discutidas no item 6.5 do Parecer Técnico.

12. OBSERVAÇÃO**Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar todas as medidas mitigadoras propostas no Plano de Intervenção Ambiental - PIA e no Parecer Técnico.	Durante a vigência do DAIA.
2	Apresentar Relatório Simplificado da Fauna contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência específico disponível no site do IEF, conforme §2º, do artigo 20 c/c o §4º, do artigo 19 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF N° 3102/2021, com as atualizações introduzidas pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF N° 3162/2022.	30 dias após a supressão.
3	Executar o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) contendo as Propostas Por Intervenções Ambientais em Área de Preservação Permanente - APP, contendo as prescrições para fins de Compensação em razão da Intervenção Convencional em APP para a implantação do barramento, em uma área de 1,4520 ha, na Fazenda Palmital, intervenções localizadas entre as coordenadas UTM SIRGAS2000 23K 1 – X: 654848.00 m / Y: 7970555.80 m e X: 654915.83 m / Y: 7970857.35 m. Conforme a metodologia apresentada, a Compensação ocorrerá na forma de recuperação de áreas degradadas, por meio de plantio direto, a ser realizada em áreas de preservação permanente do Rio Jequitinhonha na Fazenda Leitão, inscrita no CAR MG-3121605-024C27B04CEA481B916EFE7FC82662B4, em cinco áreas com extensão total de 1,6381 hectares localizadas nas proximidades das seguintes coordenadas UTM SIRGAS2000 23K de referência 1- 649930.00 m E / 8033770.05 m; 2- 650206.01 m / 8033511.80 m; 3- 649587.80 m / 8034185.57 m; 4- 650134.70 m / 8033941.98 m e 5- 649557.19 m / 8034516.33 m. A execução do Projeto deve ser de responsabilidade de profissional devidamente habilitado.	Conforme cronograma de execução apresentado.
4	Incluir na metodologia de avaliação dos resultados do PRADA os seguintes parâmetros: taxa de sobrevivência das mudas plantadas; índices de regeneração natural; desenvolvimento do plantio (altura e diâmetro das mudas), abundância e frequência de espécies vegetais; presença ou ausência e intensidade de focos erosivos. Os referidos parâmetros deverão constar nos relatórios de acompanhamento do PRADA.	A partir da vigência da AIA.
5	Apresentar relatório de acompanhamento das ações executadas no PRADA, conforme condicionantes 3 e 4, com registro fotográfico. O relatório deve ser acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica.	Anual, a partir da vigência da AIA, por no mínimo 5 anos.
6	Executar o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA com prescrições técnicas para a restauração da vegetação nativa antropizada ao longo das margens direita e esquerda do Córrego Palmital - Passivo Ambiental, na Fazenda Palmital, em uma área com extensão de 0,9660 hectares localizada, entre as coordenadas UTM SIRGAS2000 23K UTM SIRGAS2000 23K 1 – X: 654774.34 m / Y: 7970323.50 m e X: 654765.19 m / Y: 7971104.56 m, conforme metodologia apresentada. A execução do Projeto deve ser de responsabilidade de profissional devidamente habilitado.	Conforme cronograma de execução apresentado.

7	Incluir na metodologia de avaliação dos resultados do PRADA os seguintes parâmetros: taxa de sobrevivência das mudas plantadas; índices de regeneração natural; desenvolvimento do plantio (altura e diâmetro das mudas), abundância e frequência de espécies vegetais; presença ou ausência e intensidade de focos erosivos. Os referidos parâmetros deverão constar nos relatórios de acompanhamento do PRADA.	Conforme cronograma de execução apresentado.
8	Apresentar relatório de acompanhamento das ações executadas no PRADA, conforme condicionantes 6 e 7, com registro fotográfico. O relatório deve ser acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica.	Anual, a partir da vigência da AIA, por no mínimo 5 anos.
9	Executar o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas ou Alteradas - PRADA - Recomposição de Fragmentos de Vegetação Nativa para fins de restauração ambiental na APP Hídrica que será formada ao redor do barramento projetado, em uma área de 2,6466 ha, na Fazenda Palmital, nas proximidades da coordenada de referência UTM SIRGAS2000 23K 655002.25 m E / 7970820.47 m S, conforme metodologia apresentada. A execução do Projeto deve ser de responsabilidade de profissional devidamente habilitado.	Conforme cronograma de execução apresentado.
10	Incluir na metodologia de avaliação dos resultados do PRADA os seguintes parâmetros: taxa de sobrevivência das mudas plantadas; índices de regeneração natural; desenvolvimento do plantio (altura e diâmetro das mudas), abundância e frequência de espécies vegetais; presença ou ausência e intensidade de focos erosivos. Os referidos parâmetros deverão constar nos relatórios de acompanhamento do PRADA.	Conforme cronograma de execução apresentado.
11	Apresentar relatório de acompanhamento das ações executadas no PRADA, conforme condicionante 9 e 10, com registro fotográfico. O relatório deve ser acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica.	Anual, a partir da vigência da AIA, por no mínimo 5 anos.
12	Executar o Plano de Conservação da Espécie Imune de Corte; 01 indivíduo de pequi (Caryocar brasiliense), localizado nas coordenadas UTM SIRGAS2000 23K X: 654908.43 m E e N: 7970654.23 m S., conforme metodologia e cronograma de Monitoramento da Sobrevivência do Indivíduo de Caryocar brasiliense apresentado. A execução do Projeto deve ser de responsabilidade de profissional devidamente habilitado.	Conforme cronograma de execução apresentado.
13	Apresentar relatório de acompanhamento das ações do Plano de Conservação da Espécie Imune de Corte; 01 indivíduo de pequi (Caryocar brasiliense), conforme metodologia e cronograma de Monitoramento da Sobrevivência do Indivíduo, conforme Condicionante 12, com registros fotográficos. A execução do Projeto deve ser de responsabilidade de profissional devidamente habilitado.	Conforme cronograma de execução apresentado.
14	Considerando aquilo o que consta declarado no item 10.1 do Requerimento deverá ser apresentado Relatório Detalhado, elaborado por profissional habilitado e com registros fotográficos contendo a (s) forma (s), bem como, de comprovação de uso dos produtos florestais autorizados no interior do imóvel.	Quando encerrada a efetiva utilização dos produtos autorizados e antes do encerramento do prazo de validade da AIA.
15	Promover a adequação das pendências relacionadas ao Projeto no SINAFLOR, conforme áreas e volumetrias autorizadas na AIA.	Até o prazo estabelecido no SINAFLOR.
16	Que o responsável pela intervenção - Pessoa Jurídica, demonstre a regularidade ou providencie, mediante a inclusão no Processo SEI, de seu Certificado válido de Cadastro e Registro como Extrator de produtos e subprodutos da flora nos termos da Portaria IEF N° 125/2020.	Até 10 dias, a partir da vigência da AIA.
17	Apresentar relatório de acompanhamento de cumprimento das condicionantes.	Semestral, a partir da vigência da AIA.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

Informamos que para transporte, beneficiamento, comércio, consumo e armazenamento de produtos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, é obrigatória a obtenção do Documento de Origem Florestal – DOF, que substitui a Guia de Controle Ambiental – GCA em Minas Gerais. Deste modo, as transações de produtos e subprodutos florestais de espécies nativas, deverão ser tramitadas através do sistema DOF+ Rastreabilidade.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Claudio Pena Ferreira, Supervisor(a)**, em 18/06/2025, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **116291627** e o código CRC **1443B270**.